

Patrimônio natural, mito e (re)invenção das tradições no processo de tombamento da Serra de São José na cidade mineira de Tiradentes

Euclides de Freitas Couto – UFSJ

Doutor em História – UFMG

e-mail: euclides@ufs.edu.br

Marcelo de Araújo Rehfeld Cedro – UNA

Doutorando em Ciências Sociais – PUC-MG

E-mail: marcelocedro@prof.una.br

Matheus Blach

Mestrando em Preservação do Patrimônio Cultural – IPHAN

Aluno-bolsista do Projeto de Iniciação Científica – UNA/FAPEMIG

E-mail: matheusblach@sobrehistoria.org

Data de recepção: 19/11/2012

Data de aprovação: 21/03/2013

Resumo: Este texto é uma análise do projeto de tombamento da Serra de São José na cidade mineira de Tiradentes. Procurou-se identificar as práticas discursivas dos atores sociais que se enquadram na relação conflituosa entre patrimônio e poder, bem como na investigação das narrativas de resgate da memória e da tradição. Pierre Nora, Eric Hobsbawm, “Lugares de Memória e Invenção das Tradições” são alguns autores e expressões utilizados ao longo desta pesquisa, recorrendo, portanto, a referenciais teóricos importantes. Além do aporte bibliográfico, são utilizados neste artigo recursos da metodologia da história oral, no sentido de comparar depoimentos de agentes envolvidos na elaboração do discurso

Patrimônio natural, mito e (re)invenção das tradições no processo de tombamento da Serra de São José na cidade mineira de Tiradentes

legitimador do tombamento com os documentos escritos consultados. Desse modo, foi possível inferir a ocorrência de **invenção das tradições** e a atribuição de **lugar de memória** no espaço da Serra de São José.

Palavras-chave: Serra de São José. Patrimônio Natural. Tiradentes

Introdução

Este artigo se inscreve no campo da análise das categorias discursivas do Patrimônio Cultural, e avalia o processo de tombamento da Serra de São José na cidade mineira de Tiradentes no período entre 1979 a 2010.

Os objetivos almejados foram: analisar as categorias discursivas que foram criadas para legitimar o processo desse tombamento, considerando os atores sociais que atuam em prol da preservação da Serra; e apontar as narrativas de resgate da memória e da tradição sob a ótica da atribuição de lugares de memória e invenção das tradições propostas por Pierre Nora (1993) e Eric J. Hobsbawm (1997).

A pesquisa incluiu a análise da documentação encontrada no arquivo do escritório técnico do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), em Tiradentes, bem como no arquivo particular de Luiz Cruz. Além da análise das fontes escritas, foram realizadas três entrevistas. Dada a tipologia e a variedade das fontes disponíveis, buscou-se seguir uma metodologia de análise qualitativa sintonizada com as proposições de Jacques Le Goff (1999), Núncia Constantino (2004), dentre outros.

Nas últimas décadas, surgiram novas concepções teórico-historiográficas que aproximaram as análises qualitativas, buscando maior profundidade interpretativa no trato das fontes. Agentes sociais, que anteriormente ficavam à margem da História em nome da generalização promovida pelo método quantitativo, deslocaram-se para o centro das investigações históricas de cunho indiciário. Esta pesquisa se apropria dessa metodologia para análise das fontes consultadas.

Para a realização das entrevistas e exame dos dados produzidos, foi utilizada a metodologia de investigação e análise das fontes orais, como apresentada por Neves (2006), Becker (1999) e Prins (1992). Desse modo, foram adotadas entrevistas temáticas como metodologia de abordagem dos entrevistados. Procurou-se perceber, por meio de comparações, em que medida as intencionalidades dos entrevistados em suas falas corroboravam ou contradiziam as demais fontes escritas e vice-versa. A partir disso, tentou-se não estabelecer uma relação hierárquica entre os tipos de fontes.

Foram consideradas também as proposições de Paul Ricoeur (2007). Entre seus argumentos, destaca-se o não estabelecimento de uma relação hierarquizada entre memória e História. Considerou-se que a memória coletiva, a memória individual e a memória histórica, são categorias distintas que se complementam e se interpenetram como formas

de memória. Nesse sentido, a análise das fontes orais deve incorporar o caráter subjetivo das narrativas dos entrevistados, levando em conta os processos seletivos da memória em que os indivíduos escolhem consciente ou inconscientemente o que “lembrar” e o que “esquecer” na construção de seu discurso.

1. Patrimônio no Brasil: do tombamento da cidade de Tiradentes às novas perspectivas contemporâneas

Nos anos 1930, o Brasil passou por grandes transformações, recebendo forte influência do capitalismo industrial. Tal fato implicou uma mudança substancial na visão dos intelectuais brasileiros em relação ao futuro do país. Como demonstrado por José Carlos Reis (2000), desde o período imperial (1822-1888), vários autores se empenharam em construir narrativas que representassem a identidade nacional brasileira¹. Muitos desses, apoiados pelo Estado através do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)², buscaram discutir questões referentes à identidade da nação. As políticas públicas voltadas para a preservação do patrimônio, foram ferramentas essenciais para a consolidação dessas construções históricas que fizeram parte da busca pela identidade nacional.

Inicialmente, as propostas para salvaguarda do patrimônio nacional eram sustentadas por critérios de seleção que ressaltavam os valores estéticos excepcionais dos monumentos. O artigo 1º do Decreto-Lei nº 25 de 30 de Novembro de 1937, define como patrimônio histórico e artístico nacional “o conjunto dos bens móveis e imóveis” que representam “fatos memoráveis da história do Brasil” ou que tenham “excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (CASTRIOTA, 2009, p. 303).

A cidade de Tiradentes foi tombada em 1938, juntamente com outras cinco cidades mineiras (Ouro Preto, Mariana, Diamantina, Serro e São João del-Rei) de características semelhantes. O vínculo entre a política de preservação do SPHAN, o Estado e a História oficial foi bastante estreito. O discurso do SPHAN pressupunha relação íntima de

¹ Reis busca perceber como essas construções narrativas do passado conformaram o espectro da identidade nacional por meio de uma análise das perspectivas dos intelectuais que narraram a “história da nação”.

² Fundado em 1937, em 1946 tem o nome alterado para Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Em 1970, é torna-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

“identificação da sociedade mineira com a origem da própria nacionalidade, apontando as Minas do século XVIII como a civilização de fato notável do passado brasileiro” (JULIÃO, 2009, p. 149).

A orientação seguida pelo SPHAN naquele período, não previa que pudessem ocorrer grandes alterações no tecido urbano. No entanto, Marina Salgado (2007) demonstra que, em torno do núcleo urbano de Tiradentes, existe um processo de expansão da cidade com o surgimento de novas ruas e novos bairros: “a imutabilidade prevista nas formas urbanas existentes [...] não se verificou ao longo dos anos, e a atuação do IPHAN precisou se adaptar à nova realidade de crescimento urbano” (IPHAN, 2005, p. 17-18).

Ao longo dos anos, o IPHAN demonstrou, gradualmente, preocupação progressivamente maior com o tombamento³ de paisagens, parques e jardins, categorias do patrimônio natural e do patrimônio ambiental urbano. Segundo Funari e Pelegrini (2006), com a Carta Constitucional de 1967, foi abarcada uma variedade maior de bens considerados passíveis de preservação como patrimônio nacional.

Essa nova visão sobre as políticas nacionais do patrimônio se consolida com a Lei Sarney de 1986, instrumento que representou grande contribuição para a preservação. Em 1988, foi promulgada a Nova Constituição Federal que promoveu uma revalorização do patrimônio como a busca por uma política preservacionista que englobasse as manifestações populares dos diversos segmentos étnicos nacionais, proteção do meio-ambiente e da qualidade de vida. Desse modo, desde a década de 1970, a visão tradicional do patrimônio histórico nacional e o tombamento isolado de monumentos passaram a ser revistos, embora na prática, ainda seja possível identificar permanências daquelas perspectivas mais tradicionais.

Entretanto, diversas áreas tombadas foram categorizadas como patrimônio natural, como a Serra da Barriga em Alagoas, tombada em 1986, o Açude do Cedro, na cidade de Quixadá, no Ceará, tombado em 1984, dentre outros. Nesse sentido, as agitações em prol do tombamento da Serra de São José, na década de 1980, podem ser compreendidas como movimento de maior envergadura que envolveu diversas localidades brasileiras naquele contexto histórico.

³ O termo *Tombamento* significa o ato de registrar, inventariar, inscrever bens nos arquivos. Tem origem no Direito Português, tal inventário era inscrito no Livro do Tombo que era guardado na Torre do Tombo.

2. As origens da cidade de Tiradentes: o arraial setecentista no contexto histórico da mineração

Conforme sinaliza Marcelo Cedro (1999), a cidade de Tiradentes é, geralmente, associada à região onde nasceu Joaquim José da Silva Xavier, um dos protagonistas da Conjuração Mineira de 1789. Entretanto, de acordo com o autor, as características essenciais a respeito das *origens de sua fundação* e sua função social no contexto da mineração no século XVIII são pouco difundidas.

Neste artigo, é de fundamental importância entender a relação existente entre cultura e natureza nos processos históricos que formaram o Arraial de Santo Antônio⁴. A região do Rio das Mortes, de onde se origina o arraial, está localizada em um ponto de convergência de diversos caminhos pelos quais passavam os paulistas no início das descobertas auríferas. Isso demonstra que, além da riqueza proporcionada pelo ouro, o posicionamento estratégico favoreceu a ocupação naquela área (CEDRO, 1999).

O ribeirão de Santo Antônio, local que originou o primeiro registro de descoberta de aluvião de ouro (1702), tem sua nascente identificada no sopé da Serra de São José, atravessa a cidade de Tiradentes e desemboca no Rio das Mortes, fazendo parte do complexo hidrográfico que compõe a região: a sub Bacia do Rio das Mortes.

Cedro (1999) ainda destaca a importância fundamental das primeiras habitações e o vínculo com o sentimento religioso marcante na cultura dos bandeirantes. Os nomes dados aos arraiais, aos rios e às vilas evidenciam isso, pois buscavam sempre homenagear um santo escolhido como padroeiro.

Portanto, a partir dessa análise, evidencia-se como foi significativa a relação entre os seres humanos e o meio ambiente no processo de formação do Arraial de Santo Antônio. Contudo, procurando esquivar-se de possíveis reducionismos e determinismos geográficos, entende-se que a abundância de minerais, o clima favorável e a localização estratégica, tomados como elementos naturais, não teriam significado para a História sem a intervenção humana. Sendo assim, o meio físico foi apropriado e modificado por aquelas pessoas que ali chegaram, atribuindo-lhe, também valor simbólico, possibilitando a ocupação do espaço e a fundação do arraial que deu origem à cidade de Tiradentes.

⁴O Arraial de Santo Antônio foi fundado em 1702, em 1718, foi elevado à condição de vila, passando a se chamar *Vila de São José*. Em 1860, recebeu o título de cidade; mas somente após a proclamação da república, teve seu nome mudado para *Tiradentes* (CEDRO, 1999).

3. Lugares de memória: aceleração das temporalidades sociais e necessidades de preservação do significado simbólico da Serra de São José

O historiador Pierre Nora (1993) percebe uma ruptura cada vez mais veloz entre passado e presente e uma aproximação entre memória e esquecimento. Ele postula que a cultura é dotada de uma intensa dinâmica que se acelera freneticamente e, assim, da incapacidade de “habitarmos nossa memória” surge a necessidade de atribuir lugares a ela: “A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular de nossa história” (NORA, 1993, p. 7).

Além da abordagem clássica construída por Nora, atualmente, para compor o debate sobre o conceito de memória, são extremamente relevantes as contribuições do filósofo Paul Ricoeur (2007). O conceito de lugar de memória proposto por Pierre Nora (1993) acrescido das sugestões de Ricoeur (2007) engloba o aspecto material, simbólico e funcional do lugar, ou seja, o espaço em si, sua representação e sua função social. Desse modo, apropria-se desse conceito em um sentido mais amplo. Assim, os lugares de memória partem de uma intenção de cristalizar o passado não mais vivido e sim sacralizado, reconduzido ao presente por meio de uma memória histórica e consolidado em um determinado espaço.

A Serra de São José figurava-se como um dos espaços da memória social que mais sofria ameaças, devido, primeiramente, às possibilidades de atuação das mineradoras e, posteriormente, à intensificação da especulação imobiliária e do turismo de massa.

O discurso de preservação ambiental da Serra sofreu alterações em sua sustentação, isto é, a exclusividade da consciência ecológica se estendeu ao resgate da memória social e da valorização histórica e cultural. As entrevistas realizadas em função dessa pesquisa, podem demonstrar parte dessas afirmações.⁵

Por meio de seus discursos, é possível identificar como os entrevistados construíram para si certa memória sobre a Serra. O resgate da identidade cultural e do valor histórico leva à necessidade de preservação do espaço simbólico onde essas memórias ocorrem,

⁵ É importante destacar que os três entrevistados são agentes atuantes nas mobilizações pela preservação e pelo tombamento da Serra de São José. Cada um deles está ligado às instituições que tomam frente nestes projetos como o IPHAN, a extinta SAT (Sociedade Amigos de Tiradentes), o IHGT (Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes), a Prefeitura de Tiradentes, o Corpo de Bombeiros Voluntários, dentre outros.

apesar de muitas daquelas práticas do passado não se inscreverem mais no cotidiano daquela gente. Ao questionar Olinto R. dos Santos Filho, secretário do escritório técnico do IPHAN na cidade, sobre o valor histórico da Serra, obteve-se a seguinte resposta:

Eu costumo dizer que desde o descobrimento do ouro que se deu nos córregos que desciam da serra e o próprio nome da Serra é ligado ao nome da Vila de São José, né? E antes disso, ela já foi um balizador dos bandeirantes quando passaram por essa região. Era conhecida como apenas “O Morro”, a partir de 1718, quando o arraial vira Vila de São José, ela passa a ser a Serra de São José. Então eu acho que tem um valor inestimável não só como patrimônio natural, mas como uma memória histórica da região toda, inclusive com todas as construções em volta ainda remanescentes. [...] Isso tudo confere a ela um valor incalculável como... Não só com bem natural, mas como paisagem cultural e histórica. (Olinto R. dos Santos Filho. Entrevista concedida em 27/09/2010).

Por meio da fala e do texto produzido por Olinto (SANTOS FILHO, 2001), é possível identificar as características de valor natural e histórico que remetem às origens da fundação de Tiradentes, como foram apresentadas no tópico anterior.

O secretário afirma que a Serra foi nomeada devido à Vila homônima. Tal nomeação revela o vínculo com a cultura religiosa. Percebe-se a relação entre o meio físico e a atividade humana, comprovada pelos vestígios encontrados naquela área: diversas trilhas e caminhos, ruínas, fontes de água, casas, pequenas fazendas, dentre outros. Contudo, é importante apontar que os documentos referentes à fundação de Tiradentes “perderam-se com o tempo ou foram destruídos involuntariamente, devido a causas naturais” (CEDRO, 1999, p. 7), permanecendo muitas lacunas quanto à função exercida por esses vestígios em seus respectivos contextos.

Todavia, ainda assim, os vestígios demonstram que a Serra exerce papel importante para a cidade de Tiradentes, afetando direta ou indiretamente a vida do centro urbano como paisagem cultural – fonte de recursos naturais necessários à vida através da relação entre homem e meio ambiente – e como paisagem natural – delimitando esteticamente o entorno físico da cidade.

Justifica-se o motivo pelo qual Olinto dos Santos vincula o discurso de valorização histórica da Serra de São José às origens de Tiradentes, sobretudo, pelo papel importante do córrego de Santo Antônio quanto às descobertas auríferas.

Rogério de Almeida, funcionário público do Centro de Cultura e Patrimônio, Memória e Cidadania; ofereceu um depoimento interessante:

Os músicos se juntavam no aniversário da cidade, dia 19 de janeiro, lá o papai fazia uma... Com suas músicas, uma grande festa. Depois acabou. Isso ficou por umas décadas esquecido pela população. Quando surgiu novamente essa tentativa do tombamento da serra, isso começou a voltar, a voltar na memória coletiva, ou seja, “Nossa! Gente, a serra, vai tomar, que bom! A gente fazia piquenique”. Então isso começou a despertar de novo coisas que se faziam há trinta anos e que hoje não se fazem mais. [...] Então afetou a memória, não é só na questão da preservação ambiental e de ser uma moldura do patrimônio edificado. Mas de recuperar as tradições. (Rogério de Almeida. Entrevista concedida em 29/09/2010).

O destaque da Serra como espaço de sociabilidade para a realização de piqueniques “tradicionalmente esquecidos”, retomados recentemente, é uma forma de atribuir lugar à memória e resgatar práticas que não mais faziam parte do cotidiano tiradentino. Na fala de Rogério, a memória coletiva e individual a respeito dos piqueniques ressurgem no cotidiano da população de forma espontânea, orgânica, sem estabelecer uma relação mais direta com a propaganda sobre o tombamento da Serra que estava sendo difundida na cidade àquela época. Assim, verifica-se a intenção de legitimar o ato de tombamento como algo positivo. É possível perceber, por meio da análise dos discursos dos entrevistados, a Serra de São José como um lugar de memória, devido a sua relação com a fundação da cidade, além de espaço de lazer, de cultura e de tradição. Os entrevistados demonstraram a preocupação em destacar que o projeto de tombamento não se limitava exclusivamente às questões ecológicas e nem à categoria de monumento excepcional com fim em si mesmo, mas que estava ligado à esfera imaterial por meio do “resgate” das tradições.

4. O mito do carteiro e a (re)invenção das tradições: estratégia de valorização histórica da serra

Em *A Invenção das Tradições*, Eric J. Hobsbawm (1997) elaborou o conceito de tradição inventada. Segundo o autor:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, [...] visam inculcar certos valores e normas de

comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado (HOBBSAWM, 1997, p. 9).

As sociedades, diante da aceleração da dinâmica de transformação da cultura ou da crise da manutenção das tradições, se colocam diante da necessidade de preservar o passado do qual gostariam ou consideram apropriado lembrar-se. É nesse sentido que as tradições são inventadas, reinventadas e relembradas.⁶

Esse raciocínio pode ser associado ao que Pierre Bourdieu (1996) denominou de ritos de instituição, isto é, a consagração e a legitimação de rituais, ordens e investiduras, ocorridas através de critérios seletivos e arbitrários que, no entanto, se reconhecem e se traduzem de forma natural e lícita.

Dessa forma, podem-se considerar as tradições inventadas como narrativas históricas que buscam dar sentido a um passado selecionado a fim de atribuir identidade e coesão a um grupo social. O que é mais significativo não é a carga de verdade ou plausibilidade que uma tradição carrega a respeito do passado, e sim o seu significado social e sua legitimidade.

É possível inferir a partir disso que, frente à característica dinâmica e mutável da cultura, criou-se em Tiradentes o discurso de proteção da Serra de São José, pautado no sentimento da necessidade de preservar o passado histórico, reinventando-se mitos e tradições. As práticas, ditas tradicionais, realizadas no espaço da Serra de São José, são retomadas e ressignificadas a fim de trazer legitimidade a sua proposta de tombamento.

Além dos tradicionais piqueniques, foi possível identificar o que se denominou neste artigo como mito do carteiro. Segundo Santos Filho (2001), um antigo caminho calçado na região da Serra que ficou conhecido, inicialmente, como Calçada ou Riacho, foi construído no decorrer do século XVIII, sem haver indícios suficientes que revelem a data precisa.

Em um dos trechos desse caminho, à sua margem, foi encontrada uma cruz que,

⁶ Em concordância com Andréa Ferreira Delgado (2005). A forma pela qual Hobsbawm apresenta o conceito de **tradição inventada** denota que em contrapartida existem tradições genuínas, ou seja, tradições que não foram inventadas, reais. Assim como Delgado, defende-se aqui que todas as **tradições são inventadas**: “[...] as práticas discursivas constroem narrativas que atribuem sentido a determinados acontecimentos e os articula para forjar o passado e construir a ficção do resgate de um real preexistente” (DELGADO, 2005, p.121).

poderia aludir, tradicionalmente, ao local que indicava o falecimento de alguém. Desde então, atribuiu-se significado àquela cruz como o ponto exato onde teria morrido um carteiro.

Devido à carência de fontes a respeito do passado histórico de Tiradentes, é difícil fazer apontamentos mais exatos em relação ao significado dos vestígios arqueológicos encontrados na Serra.

De fato, além da própria trilha, da cruz, de uma análise pautada na possibilidade do trânsito de mensageiros naqueles caminhos e da tradição de se marcar em uma estrada com uma cruz o ponto em que pessoas teriam morrido, não foram identificadas outras fontes que pudessem trazer sustentação ao mito do carteiro. Santos Filho (2001) revela, o relato de um Reverendo que teria visitado o local da cruz em 1828, mas que, mesmo naquele tempo, a única assertiva realizada era a de que alguém havia morrido ali.

Para esta pesquisa, foi relevante perceber que, ao permanecerem lacunas quanto ao significado histórico da cruz, diversos significados simbólicos foram construídos, tornando aquele lugar um espaço mítico na memória social da população local.⁷

A indisponibilidade de informações concretas, permite maiores possibilidades de construções míticas acerca do passado histórico. A Trilha da Cruz do Carteiro foi apropriada e ressignificada no decorrer do tempo com formas e finalidades distintas.

Apesar da impossibilidade de se localizar temporalmente seu surgimento, foi possível detectar uma tradição inventada ligada à Cruz do Carteiro. Essa tradição existe no mínimo desde 1987, data do documento em que seu registro foi encontrado. Nessa documentação, panfletos de divulgação de uma Procissão Ecológica em prol da preservação da Serra, realizada em 1987, indicavam a Cruz como marco do assassinato de um viajante e a trilha como caminho utilizado por viajantes e por tropeiros para se deslocarem entre Tiradentes e Ouro Preto. Esse caminho não foi referido como Trilha da Cruz do Carteiro, mas como Calçada. A tradição, descrita nessa fonte, ditava que qualquer pessoa que por ali passasse deveria atirar uma pedra aos pés da Cruz em homenagem ao viajante que fora assassinado.

⁷ Caberia, em trabalhos futuros, realizar uma pesquisa sobre a **trilha do carteiro**, na qual se buscasse relacionar os obituários das igrejas da cidade de Tiradentes e proximidades por meio de prospecções arqueológicas na trilha e na Cruz. Nesse sentido, carece a realização de um estudo sobre o ofício dos mensageiros no contexto detectado, em que, eventualmente, poderia ser utilizada a metodologia da História Oral.

É notório, em um relatório da Sociedade Amigos de Tiradentes (SAT) sobre a Procissão Ecológica, produzida no mesmo ano, que a Cruz indicava o local mítico do evento e a representação da morte do carteiro. O ato de atirar pedras sinalizava protestos e reverências pelo ocorrido. A documentação acerca da Procissão Ecológica descreve o ritual simbólico que homenageia o dito viajante ou carteiro com o objetivo de dar novo significado a ele.

Em 1987, a SAT juntamente com o SPHAN, o IHGT, a Corporação dos Artesãos de Tiradentes e a Casa de Gravura Largo do Ó, realizou a Procissão Ecológica na Serra de São José. A procissão, iniciada a partir do entorno da Matriz de Santo Antônio, percorreu todo o caminho calçado da Serra até chegar ao ponto onde se encontra a Cruz. Lá foi celebrada uma missa em prol da preservação da Serra.

A Procissão Ecológica se alinhava às propostas ecológicas, sob marcante influência de discursos ambientalistas, cujos principais objetivos podem ser enumerados: 1) despertar na população a consciência ecológica em relação ao patrimônio natural; 2) alertar as autoridades acerca da necessidade de preservação diante da devastação; 3) alertar pesquisadores para as peculiaridades botânicas e arqueológicas a fim de incentivar estudos sobre a Serra; 4) promover a participação popular no planejamento de medidas compatíveis com os interesses de preservação e com as necessidades socioeconômicas da população.

O Bispo católico Dom Antônio Carlos Mesquita de Oliveira, de São João del-Rei, embora não tendo participado da procissão, enviou mensagem de apoio. Enviou suas bênçãos àqueles que estiveram presentes no evento, ressaltando a necessidade de se preservar a Serra em face da “ganância do homem”. Segundo relatório da SAT, essa mensagem foi distribuída para todos os fiéis que estavam presentes no momento da procissão; entre 150 e 200 pessoas. Eles seguiram em direção à Cruz, local onde foi realizada a missa. O significado simbólico da tradição representada pelo ritual de atirar pedras aos pés da Cruz se reinventou:

Todos os passantes devem jogar uma pedra aos pés da Cruz em memória da vítima. Dessa vez, porém, serão atiradas em memória de uma grande vítima de nossos tempos: a natureza. (Panfleto de divulgação da Procissão Ecológica, 1987. Arquivo do escritório técnico do IPHAN em Tiradentes).

Naquele contexto, o discurso ecológico se apropriou da narrativa histórico-cultural para dar novo sentido a essa e reafirmar a legitimidade de preservação da Serra por meio

dos laços comunitários promovidos pela esfera religiosa local. Dessa forma, a tradição foi reinventada em um novo contexto, o da preservação da Serra de São José. Além do mais, o ritual passaria a homenagear a natureza lembrando não somente a morte do carteiro, mas também a luta pela proteção da Serra, agregando novo sentido àquela tradição.

Posteriormente, no ano de 2002, em ocasião de novas ameaças de mineradoras à Serra, o Corpo de Bombeiros Voluntários de Tiradentes promoveu a Celebração Ecológica na Serra de São José com o intuito de estabelecer vínculos diretos com o evento de 1987. A mídia – Estado de Minas, 17 de junho de 2002, Gazeta de São João del-Rei, 15 de junho de 2002, dentre outros jornais – noticiou que um grupo de aproximadamente trezentas pessoas fez parte do movimento. Os ativistas e os simpatizantes pela causa partiram da Matriz de Santo Antônio e caminharam até a Cruz do Carteiro, onde o Padre José Nacif Nicolau celebrou missa e membros do corpo de bombeiros falaram da importância de se preservar a Serra. Novamente, estavam sintonizados o espaço mítico da tradição reinventada, o discurso ecológico e a cultura religiosa local.

Entretanto, não foi possível detectar se atualmente o significado simbólico do rito de homenagem ao carteiro, permanece cristalizado no imaginário local associado à luta pela preservação ambiental. É fato, que o ato de atirar pedras ao passar pela cruz emblemática ainda é praticado.

Isso ocorre porque, em diversos outros registros, a Trilha da Cruz do Carteiro é representada de formas distintas no que diz respeito ao seu trajeto, a sua função, a identidade de quem teria morrido no local da Cruz bem como de seu significado simbólico de ritual etc. Alguns exemplos desses registros são: os documentos *Serra de São José: Monumento Natural*, de 1987, produzido pela comissão organizadora do Verão Cultural e *Cava da Cruz do Carteiro Serra de São José Tiradentes*, de 2009, produzido por Luiz Cruz. Além dessas, há registros em diversas publicações de jornais, revistas e informativos, em que a trilha figura em meio ao discurso de preservação e tombamento da Serra, tais como a Gazeta de São João del-Rei, de junho de 2002 e outubro de 2009, dentre outros. Além disso, observa-se a difusão do mito do carteiro no imaginário social por meio da oralidade, dos contos e lendas.

Na edição especial sobre a Serra de São José, veiculada pelo programa televisivo Planeta Minas, da Rede Minas, curiosamente, a Trilha da Cruz do Carteiro é representada de forma bem diversa das demais fontes encontradas. Itamar Christofaro - IEF/Gerente APA e REVS São José – fez a seguinte apresentação:

Todo mundo que passa aqui, reza a tradição, que deve trazer uma pedra, depositar no pé da Cruz do Carteiro e fazer um desejo que ele será atendido. [...] Tudo isso aqui é desejo [se referindo ao monte de pedras na base da Cruz], provavelmente atendido. (PLANETA Minas Meio Ambiente. Especial sobre a Serra de São José. Gênero: Atualidades, Duração: 30 minutos, Apresentação e Reapresentação Segunda: 22h, Terça: 13h, Sábado: 20h. Programa Televisivo, Emissora Rede Minas. 2010).⁸

O trecho transcrito da audição, somado às múltiplas interpretações do mito do carteiro nas fontes citadas acima, revela como uma lenda ou um mito se difunde ao longo do tempo, assumindo características diversas segundo a crença e a cultura locais. Disso, decorre a indagação: a representação da Cruz como uma “fonte dos desejos”, espaço místico, estaria ligada ao fato de que um programa de televisão, cuja propagação abrange enorme público, teria um apelo propagandístico mais efetivo?

Contudo, a constatação mais importante, é que embora não se tenham dados mais precisos em relação à Trilha da Cruz do Carteiro, essa é referenciada com frequência nos discursos de atribuição de valor ecológico e histórico à Serra, seja por sua preservação ambiental ou por seu tombamento. Criou-se um mito em torno das lacunas sobre o passado histórico desse vestígio arqueológico. Foram atribuídas tradições inventadas que, ao longo do tempo, foram reinventadas à luz de seus próprios contextos socioculturais e, conseqüentemente, tornaram-se parte do imaginário social coletivo local, o que lhe garantiu lugar privilegiado na fala daqueles que defendem o tombamento da Serra de São José.

Considerações finais

Foi apresentada neste artigo, a trajetória histórica do conceito de patrimônio no Brasil. Ao conceito de Patrimônio Cultural foram agregadas diversas categorias, além das tradicionais interpretações voltadas para os monumentos excepcionais, como Patrimônio Imaterial, Patrimônio Ambiental, Paisagem Cultural dentre outras que se relacionam com o processo de tombamento da Serra de São José na cidade mineira de Tiradentes.

Tornou-se possível inferir a ocorrência da caracterização da Serra como um lugar de memória por ser o espaço em que ocorreram práticas ditas tradicionais e por remeter

⁸ Disponível nos seguintes links: <http://www.redeminas.tv/centro-de-midia/planeta-minas/serra-de-sao-jose-1> <http://www.redeminas.tv/centro-de-midia/planeta-minas/serra-de-sao-jose-2>, <http://www.redeminas.tv/centro-de-midia/planeta-minas/serra-de-sao-jose-3>.

às origens da cidade de Tiradentes. A fundação da cidade está intimamente ligada às características naturais do meio físico onde se situa. Toda a região apresenta-se como parte de um complexo hidrográfico de fundamental importância para a população de Tiradentes, tanto na fundação quanto na contemporaneidade.

Finalmente, mas não se esgotando essa instigante temática, dentre as práticas tradicionais que foram identificadas, apresentou-se o mito do carteiro que foi analisado sob a ótica da invenção das tradições. As diversas lacunas que existem a respeito da história do que ficou conhecido como Trilha da Cruz do Carteiro, possibilitaram diversas interpretações sobre seu passado histórico e múltiplas narrativas míticas foram difundidas, por variados meios, no imaginário social local.

Em torno do mito do carteiro foi inventada uma tradição que ao longo dos anos foi reinventada e adaptada em diferentes momentos históricos, inclusive sob o contexto dos interesses de preservação da Serra. A Cruz do Carteiro figura como um espaço mítico na memória sobre a Serra de São José: um lugar de memória, onde ocorre um ritual simbólico que remete ao conceito de invenção das tradições e é recorrentemente referenciado nos discursos de atribuição de valor histórico e ecológico.

Atualmente, o relatório final sobre o processo do Tombamento Federal da Serra de São José, foi concluído e se encontra no Rio de Janeiro. Esse relatório ainda depende do parecer final que será emitido pelo Conselho Nacional do IPHAN. Ainda não se sabe em qual categoria do Patrimônio Cultural a Serra poderá ser inscrita. Acredita-se que, diante dos conceitos mais atualizados sobre o patrimônio ambiental, é bastante provável que receba a classificação de Paisagem Cultural.

Referências

BECKER, Howard. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. Trad.: Sergio Miceli. São Paulo: EDUSP, 1996.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CEDRO, Marcelo. *Tiradentes: origens de sua fundação (1702-1718)*. Monografia (Departamento de História - PUC Minas), mimeo, 1999.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

Cidades Históricas; inventário e pesquisa: Projeto Piloto Tiradentes. – Conselho Editorial do Senado Federal e IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Edições do Senado Federal. Rio de Janeiro: IPHAN, 2005.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. O que a micro-história tem a nos dizer sobre o regional e o local?, *Revista História Unisinos*, vol. 8, n. 10, jul/dez, p. 157-178, 2004. Disponível em: <http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/sumario_historia/vol10n8/17historian10vol8_artigo11.pdf>. Acesso em: 14/04/2013

CRUZ, Luiz. *Contribuição para o tombamento federal da Serra de São José*, pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2009. Arquivo pessoal do autor consultado em 2010.

DELGADO, Andréa Ferreira. *Goiás: A Invenção da Cidade “Patrimônio da Humanidade”*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, nº 23, p. 113-143, Jan/Jun de 2005.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra C. Araújo. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: Os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996.

HOBBSBAWM, Eric J. Introdução: A invenção das tradições & A produção em Massa de Tradições: Europa, 1870 a 1914. In: Eric Hobsbawm e Terence Ranger *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

JULIÃO, Leticia. O SPHAN e a cultura museológica no Brasil, *Estudos Históricos*, v. 22, n. 43, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, jan-jul. 2009, p.141-161.

LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. 5. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

NEVES, Lucília de Almeida. *Historia oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: A problemática dos lugares*, Projeto História, São Paulo, PUC, n. 10, pp. 7-28, dezembro de 1993.

PRINS, Gwy. História Oral. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: Novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. 2. ed. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

Ricoeur, Paul. *A memória a história o esquecimento*. Tradução: Alain François et al. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

SALGADO, Marina. *Legislação X Paisagem urbana: Estudo de caso da cidade de Tiradentes, MG*. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/marina_salgado.pdf>. pp. 1675-1696. 2007. Acesso em: 14/04/2013

SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. *Serra de São José: Aspectos históricos e paisagísticos*. 2001. Arquivo do IPHAN em Tiradentes

Natural Heritage, Mith and (re)invention of Traditions Concerning “Serra de São José” and its Process of Becoming Part of the Historic Heritage, in the City of Tiradentes

Abstract: This paper is an analysis of the project that involves “Serra de São José” and its process of becoming part of the historic heritage, in the city of “Tiradentes, Minas Gerais”. We attempted to identify social actors’ discursive practices that are present in the conflicting relationship between heritage and power, as well as the study of narratives involving the rescue of memory and tradition. Pierre Nora, Eric Hobsbawn, Lugares de Memória and Invenção das Tradições are some of the authors and expressions used throughout this research, that takes into account important theoretical references. In addition to the bibliographic support, the methodology of oral history was used in this research, so that it is possible to compare the testimonies of the actors - that have been involved in the elaboration of the discourse that legitimates the process of preservation - and all documents consulted. Thus, it was possible to infer the occurrence of “invenção das tradições” and the attribution of “lugar de memória” in the space of “Serra de São José.”

Keywords: Serra de São José – Natural Heritage – Tiradentes